



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 426, DE 1996

(Do Sr. Nair Xavier Lobo e Outros)

Dá nova redação ao artigo 228 da Constituição Federal.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91 DE 1995)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O artigo 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 228 São penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial."

JUSTIFICAÇÃO

Em 23 de janeiro do corrente ano, na cidade de Goiânia, ocorreu um homicídio praticado por dois jovens um de quinze anos outro de dezessete. O crime chocou o País, não pelo fato do homicídio em si, uma vez que é tão rotineiro em nosso pobre Brasil, mas pela indiferença dos homicidas que, após a prática, foram passear com três garotas no carro da vítima.

Há que se colocar um freio a estes descabros praticados por menores que entendem plenamente a ilicitude do fato, pois na idade de dezesseis anos, hoje, os jovens já estão suficientemente amadurecidos, devido aos meios de comunicação que os informam de todas as coisas.

Os menores sempre foram tratados de modo diferenciado, por serem considerados pessoas em desenvolvimento, em via de atingirem a plenitude de suas faculdades mentais.

O ilustre jurista Pinto Ferreira, em sua obra Comentários à Constituição Brasileira, vol. 7 pág. 427 ao tratar do assunto afirma:

"A tendência geral da legislação é contudo a de fixar a menoridade penal aos dezesseis anos. Nesse sentido o VI Congresso Internacional do Direito Penal, que se reuniu em Roma em 1953, determinou em dezesseis anos o limite para a aplicação

da pena. Outros Códigos diminuem ainda tal limite para catorze anos, como é o caso da lei alemã. A Constituição manteve a inimizabilidade para os menores de dezoito anos, a estes se aplicando o Estatuto da Criança e do Adolescente. O mais aconselhável é fixar tal inimizabilidade aos dezoito anos, pois a adolescência de hoje já tem desenvolvimento mental suficiente e tem assim condições para responder pelo seu comportamento."

A questão, todavia, situa-se no campo do direito constitucional, mais especificamente no artigo 228 de nossa Magna Carta. Trata-se ou não de cláusula pétrea?

Há quem faça a assertiva de que tal dispositivo está entre os direitos e garantias individuais, nos termos do § 2º do artigo 5º da Constituição.

Porém, a nosso ver, a menoridade penal não se inscreve entre aqueles direitos. Ora direito a não ser punido, quando pratica um crime, tendo como se sabe a consciência da ilicitude do fato?! É uma incoerência tal afirmativa: o direito a matar só porque se tem a idade inferior a dezoito anos.

Nenhuma razão assiste àqueles que julgam cláusula pétrea este absurdo.

O autor do livro O MENOR INFRATOR, Sr. Mauvert L. da C. Paranaguá, menciona nesta obra pelo menos vinte e oito países que adotam a menoridade penal aos dezoito anos, sendo que outros tantos a diminuem para quatorze, caso da lei alemã.

Nos países do chamado Common Law, como a Inglaterra e os Estados Unidos, as cortes de justiça destes vêm aplicando penas até mesmo para crianças de sete ou oito anos de idade, porque elas demonstram uma periculosidade sem igual.

Não é que queiramos isto, pois sabemos das deficiências de nosso País, no sentido educacional e alimentar, mas ressaltamos o fato para que não se nos julguem erradamente.

A menoridade aos dezoito anos viria, indubitavelmente, a obviar e frear a prática de hediondos crimes por parte dos jovens delinquentes, como o narrado no início desta justificação e que foi relatado pelo Diário da Manhã, de Goiânia, com o título: "Estatuto da Criança fabrica assassinos".

Se o Brasil não firmou nenhum tratado internacional com qualquer outro país, se a menoridade não é um direito insculpido no artigo 5º da Constituição Federal, ou qualquer de seus princípios - conforme artigo 5º, § 2º - pois do contrário todos os seus artigos seriam cláusulas pétreas, então não vislumbramos óbices de qualquer natureza para a aprovação desta nossa proposta.

Por todos estes motivos contamos com a aprovação de nossos ilustres pares neste Congresso para esta Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em de de 1996.

Nair Xavier Lobo
Deputada NAIR XAVIER LOBO

13/11/96

Assinaturas Confirmadas

ABELARDO LUPION
 ADHEMAR DE BARROS FILHO
 AGNALDO TIMOTEO
 ALBERICO FILHO
 ALCESTE ALMEIDA
 ALCIONE ATHAYDE
 ALVARO GAUDENCIO NETO
 ALZIRA EWERTON
 ANTONIO BALHMANN
 ANTONIO BRASIL
 ANTONIO DO VALLE
 ANTONIO DOS SANTOS
 ANTONIO FEIJAO
 ANTONIO JOAQUIM ARAUJO
 ANTONIO JORGE
 ARMANDO ABILIO
 ARNALDO FARIA DE SA
 AROLDO CEDRAZ
 ARTHUR VIRGILIO
 AUGUSTO NARDES
 AYRES DA CUNHA
 AYRTON XEREZ
 B. SA
 BARBOSA NETO
 BENEDITO DOMINGOS
 BETO LELIS
 BONIFACIO DE ANDRADA
 CANDINHO MATTOS
 CARLOS ALBERTO
 CARLOS DA CARBRAS
 CARLOS MAGNO
 CELSO RUSSOMANNO
 CESAR BANDEIRA
 CHICAO BRIGIDO
 CHICO DA PRINCESA
 CIRO NOGUEIRA
 CLEONANCIO FONSECA
 CONFUCIO MOURA
 CORIOLANO SALES
 COSTA FERREIRA
 CUNHA LIMA
 DANILO DE CASTRO
 DARCI COELHO
 DARCISIO PERONDI
 DAVI ALVES SILVA
 DILCEU SPERAFICO
 DILSO SPERAFICO
 EDINHO BEZ
 EFRAIM MORAIS
 ELIAS MURAD
 ELISEU MOURA
 ELISIO CURVO
 EMERSON OLAVO PIRES
 ENIO BACCI
 ERALDO TRINDADE

EULER RIBEIRO
 EURIPEDES MIRANDA
 EXPEITO JUNIOR
 FERNANDO DINIZ
 FERNANDO GONCALVES
 FERNANDO RIBAS CARLI
 FETTER JUNIOR
 FLAVIO DERZI
 GERSON PERES
 GILVAN FREIRE
 GONZAGA MOTA
 GONZAGA PATRIOTA
 HERCULANO ANGHINETTI
 HILARIO COIMBRA
 HUGO BIEHL
 HUGO RODRIGUES DA CUNHA
 IVANDRO CUNHA LIMA
 JAIME MARTINS
 JAIR BOLSONARO
 JAIR AZI
 JOAO HENRIQUE
 JOAO IENSEN
 JOAO MAIA
 JOAO MENDES
 JOAO PIZZOLATTI
 JONIVAL LUCAS
 JORGE WILSON
 JOSE ALDEMIR
 JOSE BORBA
 JOSE CARLOS VIEIRA
 JOSE CHAVES
 JOSE DE ABREU
 JOSE LINHARES
 JOSE LOURENCO
 JOSE LUIZ CLEROT
 JOSE MUCIO MONTEIRO
 JOSE PRIANTE
 JOSE THOMAZ NONO
 JULIO CESAR
 JULIO REDECKER
 LEONIDAS CRISTINO
 LIDIA QUINAN
 LUCIANO CASTRO
 LUIZ BUAIZ
 LUIZ DURAO
 MAGNO BACELAR
 MARCELO TEIXEIRA
 MARCIA MARINHO
 MARCOS LIMA
 MARIA ELVIRA
 MARIA VALADAO
 MARINHA RAUPP
 MARIO CAVALLAZZI
 MARIO NEGROMONTE
 MAURICIO NAJAR
 MAURICIO REQUIAO
 MAURO FECURY
 MURILO PINHEIRO

MUSSA DEMES
 NAN SOUZA
 NELSON MARQUEZELLI
 NELSON MEURER
 NILTON BAIANO
 ODILIO BALBINOTTI
 OLAVIO ROCHA
 OLAVO CALHEIROS
 OSMANIO PEREIRA
 OSMIR LIMA
 OSVALDO BIOLCHI
 OSVALDO REIS
 PAULO CORDEIRO
 PAULO FEIJO
 PAULO GOUVEA
 PAULO LIMA
 PAULO RITZEL
 PAULO TITAN
 PEDRO CANEDO
 PEDRO NOVAIS
 PHILEMON RODRIGUES
 PIMENTEL GOMES
 PRISCO VIANA
 RAIMUNDO SANTOS
 RAUL BELEM
 REGIS DE OLIVEIRA
 REMI TRINTA
 RICARDO BARROS
 RICARDO HERACLIO
 RICARDO IZAR
 RICARDO RIQUE
 ROBERIO ARAUJO
 ROBERTO FONTES
 ROBERTO PAULINO
 ROBERTO ROCHA
 RODRIGUES PALMA
 RONIVON SANTIAGO
 RUBEM MEDINA
 SALOMAO CRUZ
 SARNEY FILHO
 SEBASTIAO MADEIRA
 SERAFIM VENZON
 SERGIO BARCELLOS
 SERGIO CARNEIRO
 SEVERIANO ALVES
 SEVERINO CAVALCANTI
 SIMARA ELLERY
 VADAO GOMES
 VALDENOR GUEDES
 VALDIR COLATTO
 VILMAR ROCHA
 WELINTON FAGUNDES
 WELSON GASPARINI
 WERNER WANDERER
 WIGBERTO TARTUCE
 WILSON CIGNACHI
 ZAIRES REZENDE

Assinaturas que não Conferem

ALBERTO SILVA
 ARMANDO COSTA
 CECI CUNHA
 CUNHA BUENO
 FELIX MENDONCA

JOAO COLACO
 LUIS BARBOSA
 MARQUINHO CHEDID
 NEWTON CARDOSO
 PAULO BAUER

PAULO HESLANDER
 ROBERTO BRANT
 VANESSA FELIPPE
 VILSON SANTINI

Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as)

ANTONIO JOAQUIM
AUGUSTINHO FREITAS
LAIRE ROSADO

Assinaturas Repetidas

ADHEMAR DE BARROS FILHO
ALBERICO FILHO
ANTONIO BRASIL
ARNALDO FARIA DE SA
AUGUSTINHO FREITAS
BARBOSA NETO
CESAR BANDEIRA
CIRO NOGUEIRA
DILCEU SPERAFICO
ELISEU MOURA
EULER RIBEIRO
EXPEDITO JUNIOR

GILVAN FREIRE
JOAO IENSEN
JOAO MAIA
JOSE DE ABREU
JOSE PRIANTE
LAIRE ROSADO
MAGNO BACELAR
NAN SOUZA
NELSON MARQUEZELLI
PAULO FEJO
PEDRO CANEDO
PEDRO NOVAIS

PEDRO NOVAIS
PEDRO NOVAIS
REMI TRINTA
ROBERTO FONTES
ROBERTO ROCHA
RONIVON SANTIAGO
RUBEM MEDINA
SARNEY FILHO
SARNEY FILHO
SEVERIANO ALVES
VADAO GOMES
WIGBERTO TARTUCE
WIGBERTO TARTUCE

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Atas

Ofício nº 254/96

Brasília, 18 de novembro de 1996.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, da Senhora Nair Xavier Lôbo e outros, que "Dá nova redação ao artigo 228 da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

172 assinaturas válidas;
014 assinaturas que não conferem;
003 assinaturas de Deputados licenciados;
037 assinaturas repetidas e
001 assinatura ilegível.

Atenciosamente,


CRISTIANO DE MENEZES FEIJÓ
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CEDI"

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO II

DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2.º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5.º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO VII

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.